

QUESTÕES DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO, A PARTIR DA BNCC.

Autor: Maria José da Silva
Orientador: Adlene Silva Arantes

Universidade de Pernambuco, Campus Nazaré da Mata. mestradoeducacaoupe@gmail.com

Resumo: As questões de gênero e orientação sexual são temas bem complexos, importantes e que necessitam de serem abordados com cuidado. O interesse em compreender as percepções trazidas na BNCC e em outros documentos que circundam a escola é bem oportuno e essas informações obtidas ao longo do artigo permite perceber que ainda tem-se muito a discutir, a fim de se efetivar essas temáticas dentro do currículo da escola. Neste sentido, se faz necessário buscar compreender a perspectiva que a BNCC traz, sabendo que ela ainda está em construção, também precisa fazer um paralelo com outros documentos. Foram utilizadas algumas fontes – livros, artigos e documentos oficiais – abrangendo conteúdos relevantes como: Indivíduos e sujeitos nas sociedades contemporâneas, Processos de formação de identidades, o lugar da educação, Políticas curriculares e os desafios da educação democrática pós-moderna, Diretrizes Curriculares do Ensino Básico: Do currículo formal ao currículo em ação, caminhos do afastamento e possibilidades de aproximação. Todas contribuíram nessa produção, devido às discussões em volta de currículo, considerando que a proposta era fazer articulações das fontes pesquisadas com o objeto de pesquisa. – BNCC e currículo escolar. Por essas questões serem um processo extremamente importante na formação do indivíduo, não pode ser negado ou ignorado por nenhuma instância, seja ela, cultural ou social. Neste sentido, o objetivo foi compreender como a BNCC aborda as questões de gênero e orientação sexual no currículo escolar, para atingir o mesmo, buscou-se a pesquisa qualitativa com ênfase na análise documental. Daí a relevância de conhecer um pouco mais sobre o currículo e como a temática está atrelada na nova versão da Base Nacional Comum Curricular.

Palavras-chave: gênero, orientação sexual, currículo, BNCC.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem-se assistido no Brasil mudanças importantes especialmente no que diz respeito às questões de gênero e orientação sexual nas escolas, mas ultimamente essas discussões aumentaram com a criação da Base Nacional Comum Curricular, com levantamentos de retirada ou não dessas expressões, ou melhor, como elas estarão no currículo escolar depois da versão final.

O interesse aqui é analisar as questões elencadas, sabendo que por muito tempo elas foram consideradas tabus e sendo algo inconveniente para ser discutido em qualquer lugar. Faz-se necessário essa discussão, já que, esses temas vinham sendo encarados com um pouco mais de naturalidade e seriedade e se houver uma retirada, todo o processo construído pode gerar um retrocesso.

Sendo essas umas das preocupações, tem-se como objetivo do artigo, compreender como a BNCC aborda as questões de gênero e orientação sexual no currículo.

Para atingir esse objetivo, buscou-se a pesquisa qualitativa com ênfase na análise documental, procurando compreender de forma contextualizada, como acontece a questão de gênero e orientação sexual, dentro da perspectiva da BNCC.

A partir deste panorama, espera-se que o presente trabalho revele algumas direções que venham a contribuir na formação docente e se fazendo necessário discutir alguns breves conceitos básicos.

1. BREVE DISCUSSÃO: CONCEITUANDO GENERO, ORIENTAÇÃO E EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

A escola vem sendo marcada por consentimentos nas produções as diferenças e as desigualdades, quando se refere a questões de gênero, além de outros fatores sociais inseridos, como: sexualidade, raça, etnia e classe. Indo de encontro a função que a escola tem de formar indivíduos para exercer sua cidadania. Observa-se que tanto as questões de gênero e orientação sexual, vem sendo colocada em segundo plano.

Neste sentido, vale pensar na escola – lugar de maior relevância da sociedade – como esses conteúdos, vem sendo multiplicado ou combatido, rompendo ou preservando esses conteúdos no currículo. Para isso, necessita explorar essa discussão atual sobre gênero, orientação ou educação sexual na nossa sociedade. Pra dar início a essa discursão, vamos começar entendendo o que é gênero.

O conceito de gênero é bem complexo e encontram-se várias abordagens. Aqui terá como base o artigo escrito por Maria Eunice Figueiredo Guedes, “Gênero, o que é isso?”, de 1995. Neste artigo ela mostra várias citações do conceito de gênero. Podemos citar algumas como: “qualquer agrupamento de indivíduos, objetos, ideias, que tenham caracteres comuns”. – Dicionário Aurélio, 1986. “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. – Gates, citada por Scott, 1995. “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” – Scott, 1995. “uma forma de entender, visualizar e referir-se à organização social da relação entre os sexos.” – Guedes, 1995.

Em relação ao seu significado no dicionário, fica confuso, pois pode significar desde classe (no campo da lógica); gênero artístico ou estilo de arte; gênero alimentício ou ter um significado mais ligado a ponto de vista gramatical.

Percebe-se que é grande a influência que a linguagem tem na construção cultural da sociedade, devido a produção, transmissão e circulação de bens simbólicos podendo estar tentando perpetuar e propagar definições de homem/mulher; a fim de que esses significados normatizem, regras, valores nas instituições sociais, como família, escola, igreja etc., muitas vezes impossibilitando a luta dos indivíduos ao longo do processo históricos.

Quando Guedes(1995) traz Joan Scott (1995) porque é uma das autoras que indica o uso do conceito de gênero como uma categoria de análise. Para Scott, “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (1995, p.14)

Portanto, o gênero é uma maneira de compreender de forma clara as relações que existe entre homens e mulheres e assim desfazer preconceitos, e enquanto categoria de análise proporciona fazer questionamentos sobre regras e condutas ditas como naturais, conferidas ao feminino e ao masculino.

Tendo como ponto esta perspectiva, gênero, se refere a tudo aquilo que foi estabelecido ao longo da história e que a nossa sociedade compreende como o papel, função ou comportamento esperado de alguém que é tido como mulher ou como homem.

Outra discursão que estão ligados, mas com conceitos diferentes são: educação e orientação sexual. A primeira abordagem – educação sexual – Ribeiro(2004) no livro Sexualidade e educação, conceitua de maneira bem clara que, educação sexual:

Refere-se aos processos culturais contínuos, desde o nascimento que, de uma forma ou outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação de sua sexualidade. Esta educação é dada indiscriminadamente na família, na escola, no birro, com amigos, pela televisão pelos jornais, pelas revistas. É a própria evolução da sociedade determinando os padrões sexuais de cada época e, conseqüentemente, a educação sexual que será levada ao indivíduo. (p.16)

E Figueiró (2001) corrobora e esclarece que esse conceito teve introdução no currículo das escolas no início do século XX, introdução essa, de maneira formal, a partir de 1960, pois anteriormente acontecia de forma informal. É importante distinguir uma da outra. Trazendo Werebe (1981) in Figueiró:

[...] a educação sexual informal, processo global, não intencional, que engloba toda a ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual; - a educação formal, deliberada, institucionalizada, feita dentro ou fora da escola. (2001, p. 70)

Figueiró (1999) esclarece que a Educação Sexual formal como sendo a que “[...] diz respeito a todo ensino, intencional, planejado sobre a sexualidade,

feita na escola, ou na igreja, no posto de saúde, ou até mesmo em casa, [...]” (p. 3-4). As duas são de suma importância, mas a informal existe desde o começo ao longo de nossa história.

O mesmo autor distingue orientação sexual dizendo que "refere-se a uma intervenção institucionalizada, sistematizada, organizada e localizada, com a participação de profissionais treinados para este trabalho”. RIBEIRO (2004, p. 16). Em outras palavras, orientação sexual é a indicação de práticas educativas planejada, estruturada e pensada a fim de adquirir conhecimentos relacionadas a sexualidade. Conceito esse, que foi a escolha para utilizar nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, como sendo o mais apropriado, por ser uma ação educativa que pode ocorrer na escola.

Nessa linha, é importante que se trabalhe essa temática nas escolas e que seja colocado no currículo para que a educação atinja seu objetivo “a construção da cidadania”.

2. CURRÍCULO ESCOLAR: ALGUNS DOCUMENTOS NORTEADORES DO CURRÍCULO

Para compreender melhor sobre a inserção e até que ponto acontece essa retirada da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, se faz necessário observar o que diz alguns documentos importantes como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) – LDBEN, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, Plano Nacional de Educação - PNE e a BNCC. Também é importante entender os documentos que circulam dentro da escola – Projeto Político Pedagógico – e o próprio currículo.

Começando pela Constituição Federal de 1988, no que se refere a educação, no seu Artigo 205, Capítulo III, Seção I, “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 2003). Nele está bem claro que é através da educação a preparação para o indivíduo exercer a cidadania. E pensar “o pleno desenvolvimento”, implica em abranger as diferenças, levando para questões de igualdade, preparando assim a cidadania.

Dando continuidade a Constituição Federal no que diz respeito a educação, encontra-se a LDBEN (Lei nº 9.394/96). É nela que assegura-se “ as condições de direito a permanência” na para todos, vale frisar que essas “condições de direitos a permanência” são a todos, sem deixar de lado nenhum indivíduo. Mas, observa-se que

neste documento a identificação da igualdade de gênero está oculto, escondido.

Em contrapartida, veio o PCNs(1997) trazendo a temática de sexualidade e gênero no volume 10, intitulado de Temas Transversais, especificamente com o título “orientação Sexual, ficando bem visível a necessidade urgente de ser colocado nos currículos de forma transversalmente, para atentar as temáticas sociais. A discussão não só levada aos discentes, envolve docentes, família e todos que estão inseridos no contexto

O mesmo dá um suporte ao docente para discutir sobre a temática em sala de aula, ao “[...] apontar metas de qualidade que ajudam o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres” (BRASIL, 2001, p. 4).

O referido volume, além de dar um suporte ao professor e a escola, traz caminhos para uma intervenção, sendo dividido em três blocos: “[...] corpo humano, relações de gênero e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/Aids[...].” (BRASIL, 2001, p. 138). Vale ressaltar, que o bloco “[...] relação de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (BRASIL, 2001, p. 144). Discussão bem pertinente para a época e atualmente.

Anos após surge o PNE 2001-2010 e o PNE 2011-2020, o primeiro aprovado sob a Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, objetivando a igualdade de gênero apenas como igualdade de sexo nas matrículas. Este levantamento está relacionado a Educação Infantil e toma gênero simplesmente como sinônimo de sexo.

Já o segundo PNE aprovado pela Lei 13.005/14, vem orientando para a “Construção de uma nova ética”, respaldando a inclusão dos grupos excluídos: raça, etnia, classe e sexualidade. Outro ponto importante, dentre tantos nesse plano é o que fala sobre o PPP. “Documento sacramentado dentro da escola, no qual deve ser participativo com: a autonomia, a qualidade social, a gestão democrática e participativa e a diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, do campo” (BRASIL, 2014, p. 56). Esse mesmo PNE respalda o documento PPP com relação a todas as diversidades assegurando o “[...] direito à diversidade, garantindo, por meio de políticas, programas, ações e práticas pedagógicas a efetivação da justiça social, da igualdade e da equidade” (BRASIL, 2014, p. 27).

O PNE 2011-2020 como política pública, leva a várias discussões no sentido e situações de igualdade de gênero, que já vem sendo trabalhadas no contexto geral da diversidade, mas que necessitam ser trabalhadas de acordo com

sua especificidade, para que saia da subjetividade e se efetive como prática.

Mesmo com os avanços, essa proposta sofreu muitas mudanças e se não dizer “retirada” no que se refere a questões sobre sexualidade e gênero. Com as mudanças sofridas no PNE, ficou a estratégia 7.23 que diz:

Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade. (Brasil, 2014)

Nesta perspectiva, observa-se que a sexualidade foi suprimido, perdendo seu objetivo educativo, ficando simplesmente voltado a violência sexual e também foi retirado as questões de gênero do Plano Nacional de Educação. Seguindo esse mesmo molde, a BNCC foi construída, pois foi desenvolvida tendo como base o plano.

Primeiramente deve-se compreender a necessidade dos currículos estarem em uma base comum, isso não é algo novo, mas com a LDBEM fortaleceu-se essa existência, como diz o Artigo 261 da Lei citada:

base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (artigo 261).

Tendo como base a necessidade de criação de currículos é que foi criada a BNCC. A mesma é um documento referencial único para todas as escolas do Brasil, englobando todas as modalidades de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Este documento não é um currículo, mas uma ferramenta para formulação do currículo nas escolas, respeitando as particularidades de sociais, regionais de cada uma.

Mas, como ficam as questões relacionadas a gênero e orientação sexual? O documento até sua segunda versão mostra o quanto é importante e o insere em dois textos. O introdutório com subtítulo “Competências Gerais da BNCC”, especificamente na competência 9, quando diz:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, **orientação sexual**, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer. (BRASIL, 2016)

E no texto “Competências Específicas de Geografia para o Ensino Fundamental, em sua competência 6:

Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender

ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, **orientação sexual**, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outro tipo. (BRASIL,2016)

Enquanto que na 3ª versão, divulgada no dia 08/04/2017, apresentada em Brasília, a expressão “orientação sexual” foi suprimida. Sendo a BNCC um instrumento que guiará os currículos nas escolas e nela não contempla de forma clara, subentende-se que está implícito e que caberá às escolas colocarem em seus currículos ou continuar com esses temas de forma oculta.

O que deu mais respaldo para essa retirada foi a aprovação do novo Plano Nacional de Educação apresentado em 2010 e aprovado em 2014, como afirma Nascimento e Chiaradia(2017)

[...] questões de gênero foram retirados do Plano Nacional. Como efeito, quando se constrói a nova base nacional curricular, chamado Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desenvolvida a partir do novo plano, ficou fácil retirar o tópico orientação sexual, pois tal tema não faz mais parte do escopo da educação escolar. (p.108)

Então, como pensar em currículo de forma mais abrangente como diz Silva(1999) como “o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo” (SILVA, 1999, p. 15), dessa forma, compreende-se a necessidade de que a orientação sexual seja mostrada de forma clara, pois são conhecimentos e saberes que estão inseridos no contexto escolar e social de um indivíduo.

Neste sentido, o currículo se apresenta como uma prática que constrói, não só identidades e relações de gênero como outras coisas essencial a formação do indivíduo. Para Tomas Tadeu da Silva (1999), não se pode deixar de lado as ligações existente entre conhecimento, identidade de gênero e poder, isso sendo tanto em uma perspectiva “crítica” ou pós-crítica. “O currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero: um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero” (SILVA, 1999, p. 97).

Como a própria BNCC diz, que será um documento norteador para a criação do currículo e por sua vez, o currículo é um caminho que as escolas constroem e o faz caminhando, inserindo conhecimentos que os circundam como: os contextos socioeconômicos, históricos, culturais, as ideologias, dispositivo de poder entre outras coisas é que a educação e a escola devem produzir.

Só resta saber se a escola, incluirá em seu currículo essa temática de forma clara para que os sujeitos nele envolvidos, possam visualizar e por em prática no seu cotidiano, isto é, a

intencionalidade e os diversos modos de pensar que cada sujeito terá durante o percurso formativo do qual o currículo representa.

CONCLUSÃO

Ao termino de um trabalho deste porte é que se percebe a necessidade de continuar a discussão e implementação efetiva das questões de gênero e orientação sexual na escola, por meio primeiramente do currículo. Sabendo que o objetivo do mesmo não foi e nem será de traçar respostas prontas e acabadas às questões levantadas, mas de refletir sobre a retirada de temas tão importantes na construção da cidadania.

É preciso incluir no currículo a discussão que envolva todas as questões relacionadas a sexualidade, para que a escola não se omitam e deixem com que a temática fique entregues a informações infundadas, vazias e distorcidas, perpetuando os mitos, tabus, preconceitos que já acontece, mesmo com a abertura dada pelos PCNs.

Isto porque os PCNs, deixa bem claro que a função da escola é a de socializar informações e problematizar todas as questões reformuladas pela sociedade contemporânea, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do indivíduo. Portanto, não está na hora de retirar, mas sim de continuar as conquistas que essa temática conquistou ao longo dos tempos para sua inclusão no currículo escolar.

Neste sentido, é preciso que não se esgote as discussões para que a escola possa construir o seu currículo com respaldo dos documentos oficiais articularem com práticas efetivas de mudanças para tão almejada educação de qualidade.

Este artigo poderá contribuir de alguma forma para compreender a complexidade de que se reveste a retirada das questões de gênero e orientação sexual do documento oficial que norteará os currículos das escolas.

Este é apenas uma possibilidade de se discutir, porém, entendendo que a temática como uma questão de cidadania que afeta a toda a sociedade, sendo esse artigo, um convite a todos envolvido e interessado na temática, que vejam este trabalho como mais uma contribuição que leva a refletir como as escolas irão inserir as “questões de gênero e orientação sexual” no currículo, se foi retirada da BNCC?

Sabe-se que não é tempo de retirar, mas sem de implementar no currículo para que aconteça uma educação transformadora, cujos os objetivos não se restrinjam apenas a discutir a anatomia do corpo, mas que transcenda a genitalidade e que essa inserção no currículo traga uma nova visão de homem, mundo e sociedade. A mudança é

difícil, os desafios são imensos, cabe a cada um continuar com os estudos e discussões desde as esferas menores – escola – até a mais alto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Barueri, SP: Manole, 2003.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, Edição Extra, p. 1., - 26 jun. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-norma-pl.html>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais: ética. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: Secretaria, 2001.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação de 2011-2020. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-norma-pl.html>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação de 2001-2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em 18 jun. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. 2ªed. 18 impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual no dia a dia**: 1ª coletânea. Londrina: 1999.

_____. **Educação Sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 2.ed. Londrina: UEL, 2001.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. **Gênero o que é isso?** Revista Psicologia: Ciência e Profissão. Vol. 15 nº 1-3. Brasília, 1995.

NASCIMENTO, Maria Lívia. CHIARADIA, Cristiana de França. **A retirada da orientação sexual do currículo escolar**: regulações da vida. Journal of education, vol. 5, issue 01, Sisyphus. 2017, pp. 101 – 116.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. (org.) **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.